



**ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**  
**DRA. ANA MARIA ALBUQUERQUE**



**EXMO.(A) SR.(A) DR.(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_<sup>a</sup> VARA CÍVEL DA  
COMARCA DE FORTALEZA/CE**

**AÇÃO DE COBRANÇA – DPVAT**

**JUSTIÇA GRATUITA**

**EDILSON ARAUJO LOPES** , brasileiro, casado , agricultor, portador do RG nº 1041158 SSP/CE e CPF nº 507.266.923-87, residente e domiciliado no Sítio Ingá na zona rural na cidade de Monsenhor Tabosa CEP: 63780-000 , aqui denominado(a) **PROMOVENTE** por sua procuradora infra-assinada, com endereço profissional, à Rua João Pamplona, nº 05, centro, na cidade de Monsenhor Tabosa/CE., onde receberá as intimações, vem à presença de Vossa Excelência propor **AÇÃO DE COBRANÇA** em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, Pessoa Jurídica de direito privado interno, inscrita regularmente no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.031-205.



ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA  
DRA. ANA MARIA ALBUQUERQUE



**01 – DA COMPETÊNCIA DESTE JUÍZO**

A competência do foro é abordada pelo Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105 de 16 de março de 2015) no Art. 53, de modo que deixa claro que é competente o lugar onde está a sede, nas ações em que a pessoa jurídica for ré, como na ação em curso. Ademais, jurisprudência posterior à promulgação do NCPC, consolidada na Súmula de nº 540 do STJ corrobora:

*“Na ação de cobrança do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os foros do seu domicílio, do local do acidente ou ainda do domicílio do réu” (DJe 15/06/2015)*

Nesta perspectiva, torna-se claro a competência deste juízo para julgar a ação demandada.

**02 - DOS FATOS**

O (a) Postulante foi vítima de acidente de trânsito em data de 03/10/2017, conforme registro de ocorrência da Delegacia de Polícia em anexo. Em consequência do evento, sofreu gravíssimas lesões que resultaram em **sequelas que o impedem na realização de suas atividades laborais e em quaisquer atividades que exijam esforço do membro sequelado, pois a vítima sofreu trauma no ombro e cotovelo direito, conforme B.O. e exames médicos anexo;**

No caso em comento, o (a) Requerente, mesmo realizando tratamento médico necessário para lhe minorar os danos suportados, como visto em LAUDO MÉDICO, o acidente acarretou à vítima **“TRAUMA” no ombro e cotovelo direito, conforme laudo médico e B.O.**

Desta forma, resta inquestionavelmente constatado a **INVALIDEZ PERMANENTE** do(s) mesmo(s), o que o tornou merecedor de parte da indenização que ora pleiteia.



## ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

### DRA. ANA MARIA ALBUQUERQUE



Em face das sequelas sofridas, recebeu via administrativa frente ao seguro DPVAT a importância de **R\$ 1,687,50 (mil seiscentos e oitenta e sete e cinquenta centavos)** valor apurado em cima da tabela e com base em perícia administrativa que atestou o grau da lesão em “50” % - inerente ao grau da lesão.

<b>GRAU DE LESÃO DPVAT</b>	<b>50%</b>
<b>GRAU DE LESÃO LAUDO MÉDICO</b>	<b>100 %</b>

Ora, se o objetivo da lei era tornar o benefício proporcional ao grau de invalidez suportado pelo segurado, o(a) Requerente deve receber o teto máximo estabelecido por lei. Isso porque sua invalidez real, como visto, foi de **100% (CEM POR CENTO)!**

Ocorre que o(a) Autor(a) inconformado(a) com valor pago e o grau de comprometimento das funções do(s) membro(s) ou órgão(s) afetado(s) que o DPVAT lhe aplicou administrativamente, tendo em vista parecer médico que aponta uma outra realidade, se vale da presente ação para buscar a complementação da indenização que lhe é realmente devida nos seguintes termos:

<b>VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE</b>	<b>R\$ 1,687,50</b>
<b>VALOR QUE DEVERIA TER SIDO PAGO, SEM ATUALIZAÇÃO</b>	<b>R\$ 3,375,00</b>
<b>DIFERENÇA A SER PAGA SEM ATUALIZAÇÃO</b>	<b>R\$ 1,688,00</b>

Nesse sentido, considerando que não foi pago o valor relativo ao grau de 100% de comprometimento de suas funções, o que corresponde, a **R\$ 3,375,00**(Três mil trezentos e setenta e cinco reais), **referente o trauma** no ombro e no cotovelo direito, o(a) promovente cobra a diferença entre o valor a ser pago e o valor recebido, pleiteando portanto a importância de **R\$1,687,50**



**ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**  
**DRA. ANA MARIA ALBUQUERQUE**



mil seiscentos e oitenta e sete e cinquenta centavos ) com as devidas correções monetárias.

Não obstante a isso há de se considerar que a tabela do DPVAT foi instituída em 2006 sem que durante todo esse período tenha sido aplicada qualquer correção, o que ocasiona uma considerável perda em cima do quantum indenizável, devendo ser lhe aplicada a devida correção com base nos índices oficiais adotados pelo Governo para correção de inflação e ou tabela do IR, esta última atualizada anualmente, senão vejamos:

Mesmo ciente dos prejuízos decorrentes da aplicação da tabela da Lei 11.945/2009 o(a) Autor(a), vem requerer, pelo menos, a correta adequação de sua deficiência aos percentuais de perda e valores da tabela, o que deve ser feito de modo subjetivo, uma vez que, considerando-se as particularidades de cada segurado(a), as perdas não se equivalem.

Isto com base no fato de que é grande o número de casos em que a Seguradora sequer paga os valores estabelecidos pela tabela da lei 11.945/2009, não adequando a debilidade sofrida ao quantum indenizatório correspondente. Tomem-se como exemplo os resultados das audiências realizadas nos “mutirões”, quando o(a) segurado(a) (a vítima) é submetido a uma perícia, constatando-se o pagamento a menor da indenização.

**02 - DO DIREITO**

A PRESENTE AÇÃO TEM FUNDAMENTO NA LEI Nº 6.194/74, que instituiu o seguro DPVAT para responsabilidade civil no caso de danos causados por veículos automotores de via terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não.

Mesmo ciente dos prejuízos decorrentes da aplicação da tabela da Lei 11.945/2009 o(a) Autor(a), vem requerer, pelo menos, a



**ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**  
**DRA. ANA MARIA ALBUQUERQUE**



correta adequação de sua deficiência aos percentuais de perda e valores da tabela, o que deve ser feito de modo subjetivo, uma vez que, considerando-se as particularidades de cada segurado, as perdas não se equivalem.

Isto com base no fato de que é grande o número de casos em que a Seguradora sequer paga os valores estabelecidos pela tabela da lei 11.945/2009, não adequando a debilidade sofrida ao quantum indenizatório correspondente. Tomem-se como exemplo os resultados das audiências realizadas nos “mutirões”, quando o(a) segurado(a) (a vítima) é submetido a uma perícia, constatando-se o pagamento a menor da indenização.

**03 – JUROS MORATÓRIOS- CABÍVEIS A PARTIR DA CITAÇÃO**

Nas ações judiciais, o Código Civil é taxativo ao estabelecer “*Contam-se os juros de mora desde a citação inicial*” (art. 405).

Este tema foi pacificado através da **Súmula n.º 426 do STJ**: “Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação”.

Portanto, os juros são devidos a partir da citação, conforme determina a Lei.

**04 - DO PEDIDO**

Diante do exposto requer:

1. A concessão da Justiça Gratuita a(o) promovente, por ser pobre na forma da lei;
2. Que as intimações, referentes ao andamento processual, sejam feitas na pessoa da advogada do (a) promovente, **Dra. ANA MARIA ALBUQUERQUE MACHADO – OAB/CE. 10.338;**



**ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**  
**DRA. ANA MARIA ALBUQUERQUE**



3. A não realização da audiência de conciliação ou mediação, uma vez que a autocomposição entre as partes nas ações de DPVAT depende de prévia realização de perícia médica, nos moldes do Art. 334, §§ 4º e 5º do CPC/2015.

4. A citação da PROMOVIDA, via postal, mediante aviso de recebimento – AR, para comporem a lide, e querendo apresentar contestação à presente, juntando cópia de todo o processo administrativo, sob pena de **REVELIA E CONFISSÃO FICTA**;

5. Requer, ainda, **a inversão do ônus da prova**, por se tratar de uma relação de consumo, sendo verossímeis as alegações e hipossuficiente o consumidor (Lei 8.078/90, art. 6º, VIII);

6. **CONDENAR A PROMOVIDA AO PAGAMENTO DO SEGURO DPVAT NO VALOR DE R\$ 1,687,50 ( mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos ) COM A CORRETA ADEQUAÇÃO DE SUA DEFICIÊNCIA AOS PERCENTUAIS DE PERDA E VALORES DA COMBATIDA TABELA, o que deve ser feito DE MODO SUBJETIVO, com as devidas atualizações monetárias, a partir da propositura da ação, e, juros moratórios, a partir da citação válida da promovida, em virtude de INVALIDEZ e por existência de sequelas reconhecidas pela Seguradora;**

7. **CASO OS DOCUMENTOS APRESENTADOS PELA PARTE AUTORA NÃO SEJAM ACEITOS, PEDE A REALIZACAO DE PERICIA MÉDICA DESTA FEITA JÁ ELEGENDO COMO ASSISTENTE DE PERITO O MÉDICO, SEJA INDICADO E NOMEADO UM ASSISTENTE TÉCNICO DA PROPRIA JUSTIÇA ESTADUAL, Já que os clientes não tem como custear uma consulta particular ou seja uma PERÍCIA, sem prejudica-los financeiramente, pois são pobres perante a Lei. QUE DE LOGO INDICA OS QUESITOS PARA SEREM PONTUADOS PELO PERITO DO JUIZO.**



**ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**  
**DRA. ANA MARIA ALBUQUERQUE**



8. Requer ainda a condenação da promovida ao pagamento de uma indenização por danos morais no valor de **R\$ 4.000,00** (quatro mil reais) como ato de justiça;

9. Ao final, julgar PROCEDENTE a ação conforme a inicia, requer ainda, a condenação da seguradora nas custas processuais, bem como, honorários advocatícios no montante de 20% (vinte por cento) do valor da condenação, em caso de recurso;

**PROTESTA** provar o alegado por todos os meios de provas admitidos em direito, especialmente depoimentos pessoais, juntada de documentos e **perícia**, tudo desde logo requerido, caso não atendida a suplica de julgamento antecipado;

Atribui-se a causa o valor de **R\$ 8725,00 (oito mil setecentos e vinte cinco reais)**

Termos em que,

Pede e espera deferimento.

Monsenhor Tabosa 22 de Maio de 2019

**Dra. ANA MARIA ALBUQUERQUE**  
OAB/CE 10.338

**QUESITAÇÃO AOS PERITOS:**

**01.** Quais os ferimentos sofridos pelo(a) Autor(a) quando da ocorrência do acidente automobilístico narrado nos autos?

**02.** Da ofensa sofrida resultou perda, inutilização ou comprometimento de órgão, membro, sentido ou função?

**03.** Desses ferimentos resultou debilidade ou deformidade física permanente, ou incapacidade permanente para o trabalho no(a) Autor(a)?



**ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA**  
**DRA. ANA MARIA ALBUQUERQUE**



fls. 8